



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A ASSOCIAÇÃO TIPOGRÁFICA BAIANA: UMA MUTUAL DE OFÍCIO NA SALVADOR DOS SÉCULOS XIX E XX

Humberto Santos de Andrade
(UESB)

RESUMO

Nos últimos anos, a historiografia relacionada à história dos trabalhadores e do seu movimento retomou fôlego e, neste contexto, as associações mutualistas têm merecido atenção especial. O objetivo deste trabalho é tentar compreender e analisar a formação da classe operária da cidade do Salvador e suas múltiplas estratégias de convívio com uma economia capitalista que então se processava na Bahia. Para isso, trazemos parte dos resultados da nossa pesquisa, cuja investigação se debruça sobre a trajetória da Associação Tipográfica Baiana, sociedade mutualista fundada no ano de 1870, na cidade do Salvador. Esta mutual, cuja existência atravessa os séculos XIX e XX, deixou-nos um importante legado que representa parcela importante da história dos trabalhadores baianos e, especificamente, do campo e do ofício de tipógrafo.

PALAVRAS-CHAVE: Classe trabalhadora. Mutualismo Tipógrafos.

INTRODUÇÃO

A pesquisa dedicada à investigação do mutualismo tem se renovado consideravelmente nos últimos anos no Brasil. Nessa nova realidade delineada para os estudos desse fenômeno associativista, outras possibilidades de interpretação foram aventadas para se compreender a trajetória das sociedades de socorro mútuo. Essa forma organizativa, característica no Brasil, sobretudo do período que se estende de 1830 até ao final da Primeira República, compreendia desde interesses profissionais, passando pelos interesses previdenciários e contemplando, inclusive, interesses de étnicos, tanto de grupos de imigrantes, migrantes e agrupamentos de indivíduos oriundos da massa de ex-escravos.

· Mestrando em História no PPGH – Programa de Pós-Graduação em História da UNESP – Universidade Estadual Paulista (campus de Assis-SP). E-mail: hsandrade76@yahoo.com.br.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O mutualismo caracteriza-se, sobretudo, por sua complexidade e consequente impossibilidade de um modelo único de análise assentado apenas em uma de suas formas concretas. Isto se dá, eminentemente, pelo fato de que sua interpretação, como questão historiográfica, oscila entre abordagens que enfatizam o seu papel previdenciário e outras que tratam do fenômeno mutual como parte da história da formação da classe trabalhadora.

No início dos anos 1990²⁹⁵, ocorre uma revisão no seio das interpretações até então dadas ao fenômeno mutualista na historiografia brasileira. Superou-se, então, a compreensão de que mutualismo faria parte da pré-história do movimento operário brasileiro. Entendia-se a trajetória das sociedades de socorro mútuo como parte da evolução das formas associativas dos trabalhadores brasileiros que remontavam ao período imperial. Segundo essa concepção, as organizações de trabalhadores só tomaram uma forma característica de luta a partir do advento da República. Subjacente a essa forma de encarar o problema da organização dos trabalhadores, estava assentada a ideia de um “progresso” da consciência e das formas associativas típicas desse estrato social.

Emblemático nessa caracterização por etapas, José Albertino Rodrigues²⁹⁶ propõe uma periodização da história dos trabalhadores no Brasil dividida em cinco momentos cronológicos, com características distintas de formas de organização e atuação dentro dos contextos que envolviam a formação da classe trabalhadora brasileira. Num primeiro momento, teríamos o período “mutualista”, cujo fim se daria no ano de 1888, marco do fim da escravidão no Brasil e do estabelecimento da hegemonia das relações capitalistas no que tange ao recrutamento da mão de obra. O segundo período dessa cronologia seria a etapa denominada de “resistência”; estender-se-ia de 1888 a 1919, este último ano marca justamente a data da Greve Geral de 1919, considerada a maior greve da Primeira República. O terceiro período seria o de “ajustamento”, caracterizado por algumas iniciativas do

²⁹⁵ Cf. LUCA, Tania Regina De. O sonho do futuro assegurado. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.

²⁹⁶ Cf. RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difel: 1968.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Estado que buscavam evitar os conflitos sociais e implementar tentativas de controle sobre os trabalhadores brasileiros, principalmente por meio da normatização das regras que regiam as relações entre empresas, trabalhadores e o governo; este momento se estenderia de 1919 a 1934, culminando com a inauguração do Governo Provisório de Getúlio Vargas. A quarta etapa, seria o denominado período de “controle”, que se iniciaria a partir do fim do Governo Provisório e subsequente início do Governo Constitucionalista da Era Vargas, em 1934, e se estenderia até o ano de 1945, ano da saída de Vargas do poder no contexto das pressões no sentido de democratização e combate aos ditadores no mundo ocidental; isto, resultante da luta antifascista e antinazista durante a Grande Segunda Guerra. A quinta e última etapa, chamada de período “competitivo”, estende-se de 1945 ao ano de 1964, quando do momento de mais um intervalo democrático na nossa história política. Percebe-se, e não somente se vê, que essa sucessão de períodos ou etapas na história do movimento operário classifica claramente o mutualismo como um fenômeno relegado ao segundo plano da trajetória dos trabalhadores no Brasil, tendo como decorrência a marginalização dessas organizações na historiografia brasileira que tratava das associações de trabalhadores no país. Digno de registro nos anais da história dos trabalhadores brasileiros eram apenas o período de “resistência” e as organizações com esse caráter e natureza, além dos outros períodos subsequentes. Para Tania Regina De Luca, “analisando mais de perto a questão foi possível perceber que o desprezo pelo mutualismo subordinava-se menos à sua pequena importância do que a posicionamentos teóricos assumidos pelos pesquisadores” (LUCA, 1990, p. 7). endossando essa tese, Claudia Maria Ribeiro Viscardi afirma que:

É possível supor que essa visão acerca do mutualismo derivava da incorporação de valores, por parte dos historiadores, nem sempre muito empáticos a uma modalidade de organização social que se espalhava entre os trabalhadores, mas que não tinha, necessariamente, compromissos com a resistência contra os



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

abusos do capital. As mutuais, ao contrário, poderiam inclusive atuar na amenização dos conflitos interclassistas, ao garantir aos associados uma proteção extrassalarial, em períodos adversos, em geral, propícios à manifestação de conflitos de interesses (VISCARDI, 2010: 31).

Além dessa orientação ideologizada no tratamento do fenômeno, não se desvinculava o mutualismo da temática sindical. Entendia-se que as sociedades de socorros mútuos ligavam-se apenas aos organismos associativos dos trabalhadores. Temos, no interior da complexidade do mutualismo, uma série multifacetada de iniciativas de socorro mútuo relacionadas à identidade étnica, à questão puramente previdenciária, ou, a partir da tese de Adhemar Lourenço da Silva Jr²⁹⁷, à adoção da “escolha racional”, até a iniciativa de se associar exclusivamente por ramo de produção ou por ofício, além das mutuais de iniciativa do patronato.

Em linhas gerais, o debate que se trava entre as abordagens que discutem o mutualismo é ocasionado, sobretudo, em virtude de que uma delas trata eminentemente do fenômeno mutual como parte integrante do movimento operário – principalmente por voltar-se para a análise de mutuais de trabalhadores somente, ou de mutuais de empresa e de mutuais étnicas, mas com sua relação com o mundo do trabalho – e a outra abordagem insistir no caráter de previdência das sociedades de socorro mútuo, onde, inclusive, a categoria “classe” não seria um instrumento de análise apropriado para o entendimento do fenômeno, pois este estaria relacionado à questões que não tangenciavam o tema da classe social ou dos trabalhadores.

Dadas as características do fenômeno mutualista e afinando especificamente para o nosso objeto de investigação – a Associação Tipográfica

²⁹⁷ SILVA JR, Adhemar Lourenço da. As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Baiana -, tendemos a nos aproximar da primeira forma de abordagem do mutualismo, sem, contudo, excluir a segunda. Mais próximo da primeira em virtude de a Tipográfica Baiana configurar-se como uma associação mutualista tipicamente de indivíduos ligados entre si por meio do trabalho; especificamente um ofício, ou uma categoria profissional, que era o ser tipógrafo. Sobre o debate entre as duas visões, Claudio Batalha assim se posiciona:

Ambas são necessárias e pertinentes. Não se percebe nenhuma oposição irreconciliável entre uma perspectiva que enfatiza a relação das sociedades mutualistas de trabalhadores com a história mais ampla do trabalho e aquela voltada, primordialmente, para o fim previdenciário do mutualismo. Pelo contrário, percebe-se uma complementaridade. [...]. Há muito ainda a ser feito na pesquisa sobre a história do mutualismo, no Brasil, mas, certamente, têm-se a ganhar se forem deixadas de lado oposições dicotômicas e certezas absolutas (BATALHA, 2010: 22).

A categoria “trabalho”, como balizador das fronteiras entre os indivíduos que estão, ou não, inseridos no sistema produtivo, nos é fundamental para a compreensão da trajetória desta sociedade mutual a que dedicamos nossas investigações. Essa noção do trabalho como elemento diferenciador dos homens, vem carregada de conotações positivas para os trabalhadores. Como escreve Claudio Batalha, tal noção “encontra ressonância no movimento operário entre as mais diversas correntes: do anarquismo ao positivismo como forte herança saint-simoniana de um Sadock de S” (Batalha, 1991/2, p. 120).

A Associação Tipográfica Baiana é uma mutual típica de trabalhadores. Os esforços no sentido da criação de uma associação beneficente para os tipógrafos baianos remontam à década de 30 do século XIX. Nesse contexto, pós-Independência, o Brasil vivia importante momento de abertura econômica e a definição de novos rumos políticos que resultariam, inclusive, no estabelecimento de novas regras de ordenamento jurídico e social. A Bahia, como parte integrante



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

do Império do Brasil, só concretizará tal condição a 16 de julho de 1823, quando o Senado da Câmara reconheceu o governo do imperador, quatorze dias após o 2 de julho de 1823²⁹⁸. Com a Constituição outorgada por dom Pedro em 25 de março de 1824, implementam-se novas medidas que regeriam as iniciativas de associação entre os indivíduos. Entre essas medidas, interessa-nos, sobretudo, nessa Carta Magna, o que se expressa no “Título 8º”, que trata das “Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros”, em seu último artigo, o 179, inciso XXV, em que reza o seguinte: “Ficam abolidas as Corporações de Ofícios, seu Juízes, Escrivães, e Mestres”²⁹⁹. Essa nova legislação, pertinente ao direito de associar-se, extingue – pelo menos formalmente – o antigo modelo de associação de artesãos que vinha desde a idade média e institui um novo modelo baseado na formação das sociedades beneficentes ou de socorro mútuo. Os registros de entidades com esse novo formato, entretanto, só podemos encontrar a partir do ano de 1832, sobretudo em Salvador e Rio de Janeiro.

A trajetória da Associação Tipográfica Baiana está diretamente ligada a um fato anterior, mas de fundamental importância na história do lento processo de conquista das liberdades civis em nosso país. Referimo-nos ao estabelecimento da imprensa no Brasil. Sem esse fato, a existência do ofício de tipógrafo não teria tido concretude. Sabe-se que a primeira tipografia a instalar-se no Brasil, e com licença do rei de Portugal para particulares, foi concedida a Alexandre José Vieira de Lemos, morador na cidade da Bahia, e que solicitara ao governador da província a autorização para uso de uma “Imprensa para imprimir conhecimentos mercantis”³⁰⁰. Esse fato marca o pioneirismo nas terras baianas no que tange aos empreendimentos no campo da imprensa. Obviamente, com a instalação do

²⁹⁸ Cf. TAVARES, Luís Henrique Dias. História da Bahia. 11. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008; especialmente as páginas 256 e 257.

²⁹⁹ Cf. Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). In: <https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/e964c0ab751ea2be032569fa0074210b?OpenDocument&Highlight=1&AutoFramed>

³⁰⁰ Cf. IPANEMA, Marcello de. A tipografia na Bahia: documentos sobre suas origens e o empresário Silva Serva. – 2. ed. – Salvador: EDUFBA, 2010.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

maquinário, houve a necessidade de recrutamento de mão de obra para a operação das prensas e composição das chapas tipográficas, além do trabalho de revisor e de toda a gama de funções que compreendia o ofício de tipógrafo. Sobre a rede complexa que envolvia o estabelecimento de uma tipografia e seus resultados, observa Marcello de Ipanema:

A aceleração por que passava o Brasil e a incorporação de novas atividades ao dia a dia da sua gente, no momento em que os portos estavam abertos às trocas internacionais e a produção era livre e estimulada, não podiam prescindir desse tipo de produto gráfico [impressos mercantis], hoje raríssimo nos depósitos de documentos: anúncios, catálogos, rótulos, impressos para navegação, formulários, papéis pautados, avisos de toda natureza etc. (IPANEMA, 2010: 34).

Num dos periódicos publicados pela mutual dos tipógrafos baianos, a *Revista da Associação Tipográfica Baiana*, em número dedicado à celebração do 32º aniversário da Associação Tipográfica Baiana, o editorial anuncia que as tentativas de criação de uma “sociedade para a classe”³⁰¹ eram alimentadas desde o ano de 1837. Segundo a revista da Tipográfica Baiana, duas tentativas frustradas se sucederam até a data da instalação da associação, que se deu em 16 de abril de 1871, na cidade do Salvador. No Diário Oficial em comemoração ao Centenário da Independência da Bahia, publicado em 1923, registra-se que a instalação da Associação Tipográfica deu-se no Paço da Câmara Municipal, com “imponentíssima festa”³⁰². Seus primeiros estatutos foram aprovados pelo Governo da Província, por ato de 25 de fevereiro de 1871, do Barão de São Lourenço, de acordo com o § 1º, do artigo 27, do Decreto nº 2.711, de dezenove de dezembro de 1860³⁰³. Percebe-se, que a Associação Tipográfica Baiana era um anseio da “classe” dos tipógrafos desde cerca de quarenta anos antes da sua efetiva instalação e assunção de um

³⁰¹ Cf. Revista da Associação Typographica Bahiana. Ano I, nº 10, abril de 1903, p. 161.

³⁰² Cf. Diário Oficial do Estado da Bahia: edição especial do Centenário da Independência da Bahia – 1923. Edição em fac-símile, Salvador: Fundação Pedro Calmon (Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia), 2004, p. 397.

³⁰³ Idem.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

estatuto jurídico como uma sociedade beneficente dos gráficos baianos. Imaginamos que, desde a instalação das primeiras tipografias particulares da Bahia - e que também foram as primeiras particulares do Brasil - tenha se desenvolvido um campo de atuação dos trabalhadores ligados ao ofício tipográfico na capital baiana e, conseqüentemente, surgido a necessidade de se associarem; seja para a prestação de socorros nos momentos de adversidade, seja para a preservação e transmissão das técnicas do ofício, ou, até mesmo para o compartilhamento de ideias que viessem a produzir uma ação no sentido de melhorias das condições de vida e de trabalho desses indivíduos.

Prudêncio de Carvalho, tipógrafo, gerente da *Revista*, escreve para esse número do periódico, dedicado aos trinta e dois anos de instalação da *Tipográfica*, um “*Escorço de uma notícia histórica*” em que registra a trajetória da associação dos tipógrafos baianos até aquele ano de 1903. Segundo a *Revista*, Prudêncio de Carvalho utiliza como fontes “documentos vários e autênticos”³⁰⁴ que encontrou nos arquivos da *Associação*. No seu texto, o tipógrafo Prudêncio de Carvalho inicia destacando a importância do “espírito de associação” como estratégia de resistência, por meio da agremiação, contra “as agressões dos poderosos”³⁰⁵. Para ele, “nenhum outro sentimento exalta mais e enobrece o espírito humano do que esse da beneficência altruística contra os golpes inesperados da adversidade e os desesperos do infortúnio”.

As estratégias de sobrevivência, numa sociedade em que a única forma legal de associativismo dos trabalhadores se dava por meio das mutuais, eram caracterizadas, sobretudo, por esse auxílio mútuo, especialmente no interior de determinados ofícios. É o que Edward Palmer Thompson denomina de uma “nova ordem moral”, ou seja, à retórica do mercado livre, baseada na concorrência e no solapamento das garantias que outrora as corporações asseguravam aos ofícios, os

³⁰⁴ Cf. Revista da Associação Typographica Bahiana. Ano I, nº 10, abril de 1903, p. 163.

³⁰⁵ Idem, p. 165.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

trabalhadores organizados em associações mutualistas opunham os princípios de solidariedade e associativismo. Para Thompson,

O historiador sente hoje a necessidade de tomar um partido nessa questão, porque havia duas visões alternativas e irreconciliáveis da ordem social humana se confrontando, entre 1815 e 1850 – uma delas baseada na mutualidade, a outra, na competição (THOMPSON, 1987, v. 2: 31-2).

Obviamente o historiador inglês está tratando da realidade inglesa na primeira metade do século XIX, em que o processo de amadurecimento do capitalismo já estava alguns estágios a frente da realidade brasileira. A abertura dos portos do Brasil, cuja Carta Régia foi emitida em Salvador a 28 de janeiro de 1808, significou, mesmo que em caráter interino³⁰⁶, a desobstrução dos caminhos para o livre comércio e as transformações decorridas dos investimentos que seriam atraídos ao novo centro da administração portuguesa, o Brasil. Junto com as mudanças na economia ocorrem as mudanças no ideário e nos costumes, bem como na ordem jurídica.

Apesar do desenvolvimento da indústria por aqui ainda estar engatinhando nos seus primeiros passos, constituía-se pouco a pouco um estrato social composto de trabalhadores, principalmente ligados às atividades artesanais ainda não acostumados com a lógica competitiva e com a racionalidade típica do capitalismo moderno. Desta maneira, as mutuais desempenharam importante papel na adoção de estratégias de sobrevivência numa sociedade que começava a se assentar em princípios oriundos das relações de mercado.

Em seu *Escorço*, Prudêncio de Carvalho escreve que após a primeira tentativa de criação da associação dos tipógrafos houve outra, em 1857, por iniciativa do tipógrafo Eduardo Daniel Galvão, auxiliado por mais três colegas, Ladisláo José de Mattos, Albino Henriques da Silva e Estaquio José de Souza. Estes

³⁰⁶ Cf. TAVARES, Luís Henrique Dias. Op. cit., p. 213.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

quatro tipógrafos, informa ainda Prudêncio de Carvalho, reuniram-se numa sala da tipografia do Sr. França Guerra, ao Beco do Tira-Chapéu, com mais trinta tipógrafos, sob a presidência do Sr. Lucidio de Souza Mascarenhas (não informa se tipógrafo ou não), para a instalação do conselho provisório responsável pela condução dos trabalhos até o dia da inauguração da sociedade.

Tal tentativa, contudo, não obteve êxito, assim como a primeira, no ano de 1837. Porém, treze anos mais tarde, os tipógrafos da Bahia conseguem concretizar o seu intento de criar uma associação para os membros do ofício. Mais uma vez, Eduardo Daniel Galvão, juntamente com mais outros dois companheiros, Domingos Francellino da Silva e Joaquim Cassiano Hyppolito, conseguem reunir no dia 30 de outubro de 1870, na sala das sessões da Sociedade Monte-Pio dos Artífices, ao beco do Arcebispo, “diversos artistas tipógrafos, no propósito de criarem uma associação de socorros mútuos, denominada *Associação Typographica Bahiana*, principalmente para amparar os seus associados na falta de trabalho, na moléstia e na velhice”. Em nota, Prudêncio de Carvalho ainda observa que tinha também por fim a *Associação* fundar um jornal, “exclusivamente destinado a propugnar os direitos e privilégios dos associados, instruindo-os sobre todos os melhoramentos introduzidos na arte tipográfica e nas que lhe são conexas”³⁰⁷.

Por fim, podemos concluir que o mutualismo entre os gráficos baianos acompanhou o movimento associativista ocorrido entre trabalhadores de vários ofícios no período imperial e republicano. As características diferenciadoras se fazem em virtude das especificidades das mutuais de trabalhadores e do caráter por elas assumido durante suas trajetórias, muitas vezes assumindo condutas que não estavam prescritas em seus estatutos. A dinâmica social, política, econômica e cultural que caracterizava a sociedade do Brasil novecentista e do início do século XX, comportou inúmeras facetas no que tange aos movimentos sociais e suas organizações. A *Associação Typographica Bahiana* se insere nesse contexto de

³⁰⁷ Cf. Revista da Associação Typographica Bahiana. Ano I, nº 10, abril de 1903, p. 166.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

possibilidades restritas e interdições várias à atuação de organizações ligadas aos trabalhadores. No campo dos estudiosos da História do Trabalho no Brasil e, especificamente na Bahia, essa sociedade mutualista legou ao presente uma quantidade razoável de documentos para a pesquisa e que muito contribuem para o entendimento das relações sociais no período de sua existência. Por ser um ofício diretamente ligado às letras e à sua produção e reprodução, puderam esses trabalhadores deixar fios e rastros para o historiador fazer o seu exercício de reconstrução histórica.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

REFERÊNCIAS

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente*. In: Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 12-22.

_____. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade? In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, nº 23/24, pp. 111-124, set. 91/ago. 92.

Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). In: <https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/e964c0ab751e-a2be032569fa0074210b?OpenDocument&Highlight=1,&AutoFramed>.

Diário Oficial do Estado da Bahia: edição especial do Centenário da Independência da Bahia – 1923. Edição em fac-símile, Salvador: Fundação Pedro Calmon (Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia), 2004, p. 397.

IPANEMA, Marcello de. *A tipografia na Bahia: documentos sobre suas origens e o empresário Silva Serva*. – 2. ed. – Salvador: EDUFBA, 2010.

LUCA, Tania Regina De. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.

Revista da Associação Typographica Bahiana. Ano I, nº 10, abril de 1903, p. 161.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel: 1968.

SILVA JR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940). Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008; especialmente as páginas 256 e 257.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas*. In: Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 23-39.